



# **MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL**

### **MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR**

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões  
5000-626 Vila Real  
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

## **FICHA OBJETIVOS PROCESSUAIS**

### **AÇÕES A DESENVOLVER**

Órgão: Procuradoria da República da Comarca de Vila Real

#### **A.1 Corrupção e criminalidade económico-financeira**

- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.
- findar até 31.08.2016, os processos registados até 31.12.2014 (conquanto que dependa exclusivamente da actividade do MP).
- reunir com as entidades encarregadas da investigação sensibilizando-as para a prioridade que deve ser dada à conclusão da investigação destes processos.
- findar um número de processos igual ao número de processos entrados.

#### **A.2 Violência Doméstica**

- findar até 31.08.2016, os processos registados até 31.08.2015. (com excepção dos processos suspensos provisoriamente)
- manter a especialização nas instâncias locais de Vila Real e Chaves, atribuindo a totalidade dos inquéritos de violência doméstica, maus tratos e contra a autodeterminação sexual, a um só Procurador-Adjunto.
- realizar uma ação de formação na área da violência doméstica com a Procuradora da República e os Procuradores-Adjuntos da comarca, adstritos a esta área, com a colaboração da APAV.
- realizar pelo menos uma reunião com os comandos da PSP e GNR da comarca e com o Gabinete da APAV, em Vila Real, para definir metas e articular procedimentos nesta área de actuação, incluindo a prevenção.

- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões urgentes.
- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.

#### **A.3 Cibercrime e prova digital**

- findar até 31.08.2016, os processos registados até 31.12.2014 (conquanto que dependa exclusivamente da actividade do MP).
- reunir com as entidades encarregadas da investigação sensibilizando-as para que seja dada prioridade à conclusão da investigação destes processos.



# **MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL**

### **MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR**

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões  
5000-626 Vila Real  
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

- realizar uma acção de formação nesta área com todos os Procuradores-Adjuntos da comarca e com a colaboração do Gabinete do Cibercrime.

#### **A.4 Terrorismo**

- encaminhar os processos ao DCIAP (se existirem).

#### **A.5 Recuperação de ativos**

- alertar, em reunião a realizar com todos os Procuradores da Republica e Procuradores-Adjuntos da comarca, para a necessidade do cumprimento da Instrução n.º 1/2013, de 30.07.2013 – PGR.

#### **A.6 Proteção da vítima**

- reunir com a APAV – Núcleo de Vila Real, e o NIAV, com vista a articular procedimentos nesta área de actuação.

#### **A.7 Direitos das crianças e jovens**

- manter um serviço de atendimento a efectuar pela Procuradora da Republica na área de Vila Real, e pelos Procuradores-Adjuntos nas áreas das instâncias locais de competência genérica,

- nas instâncias locais de Alijó (com competência na área dos municípios de Alijó e Murça) e de Peso da Régua (com competência na área dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião) os Procuradores-Adjuntos asseguram o atendimento ao público na área de família e menores que depois enviam à Procuradora da Republica colocada na secção central de Família e Menores, com sede em Vila Real.

- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses das crianças e jovens,

- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.

- para além da actividade do MP de apreciação da legalidade e fiscalização da actividade processual das CPCJ, realizar pelo menos uma reunião com as CPCJ's da comarca de Vila Real, para articular procedimentos e boas práticas nesta área de actuação.

- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões urgentes.

#### **A.8 Direitos dos Idosos**

- manter um serviço de atendimento a efectuar pela Procuradora da Republica na área de Vila Real, e pelos Procuradores-Adjuntos nas áreas das instâncias locais de competência genérica,

- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses de pessoas idosas,



# **MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL**

### **MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR**

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões  
5000-626 Vila Real  
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados em que sejam vítimas pessoas idosas.

#### **A.9 Ambiente e urbanismo**

- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses difusos legalmente protegidos (como a saúde pública, o ambiente, o ordenamento do território, o urbanismo, qualidade de vida e património cultural).

#### **A.10 Direitos dos consumidores**

- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses das pessoas enquanto consumidores (nomeadamente no quadro das cláusulas contratuais gerais).

#### **A.11 Direitos dos trabalhadores**

Na Secção do Trabalho com sede em Vila Real e com competência territorial em todo o distrito de Vila Real (14 municípios) estão colocados 2 juízes e apenas 1 Procurador da República, sendo o quadro de 2.

Assim, por ordem de preferência, atendendo a esta limitação, propõe-se o MP:

- assegurar a realização do maior número de tentativas de conciliação em processos de acidente de trabalho (que pode não ser igual ao número de processos participados).

- atender todos os trabalhadores que se apresentem no tribunal para o atendimento, o que será feito às quintas-feiras;

- patrocinar os trabalhadores sinistrados que solicitarem o patrocínio do M.º P.º, com vista à propositura da acção emergente de acidente de trabalho, de pedidos de revisão de incapacidade, de pedido de Junta médica.

- instaurar as acções de reconhecimento de existência de contrato de trabalho a que se refere a Lei n.º 63/2013 de 27 de agosto

- patrocinar os trabalhadores que pretendam instaurar outras acções especiais, (como, a de Impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas – art.º 186º-A a 186º-C – de Tutela da Personalidade do trabalhador – art.º 186º-D a 186º-F – e de igualdade e não discriminação em função do sexo – art.º 186º-G a 186º-J, todos do C.P.T. )

- patrocinar os trabalhadores que solicitem o patrocínio do M.º P.º nas acções de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento – art.º 98º e segs do C.P.T.

#### **A.12 Direitos humanos**

- sensibilizar, em reunião a efectuar com os magistrados da comarca, para a necessidade de evitar actuações que possam gerar responsabilidade do Estado (lembrando as condenações do



# **MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL**

### **MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR**

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões  
5000-626 Vila Real  
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Estado Português nas instâncias internacionais – TEDH – como aliás foi também dito nas acções de formação do Curso de Formação de Magistrados Coordenadores de Comarca, ministrado pelo CEJ).

#### **A. QUALIDADE DA AÇÃO**

##### **B.1 Promoção da igualdade do cidadão perante a lei**

- interposição de recurso sempre que sobre a mesma questão haja decisões dispares,
- atendimento de qualidade para todos os cidadãos que necessitem e o solicitem,
- patrocínio, pelo MP, a todas as pessoas a quem o Estado deve protecção.

##### **B.2 Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias**

- promover reuniões trimestrais entre Procuradores da Republica e Procuradores-Adjuntos que asseguram a representação do MP em julgamento e aqueles que asseguram apenas a investigação e deduzem acusação, bem como os que estão colocados nas instâncias locais de competência genérica para melhoria da qualidade da acusação com vista a um bom desempenho do MP em julgamento e a procedência da acusação.

##### **B.3 Articulação da intervenção entre diversas jurisdições**

- promover reuniões trimestrais entre Procuradores da Republica e Procuradores-Adjuntos nomeadamente entre o Procurador da secção de Trabalho e os Procuradores da área cível para que estes possam assegurar o patrocínio dos trabalhadores e reclamar nos processos de insolvência os créditos dos trabalhadores sobre as entidades empregadoras,
- e ainda entre o Procurador da secção de Trabalho e os Procuradores da área criminal, com vista a sensibilizá-los para comportamentos das entidades empregadoras que constituam crime.

##### **B.4 Reforço da direcção efetiva do inquérito**

- promover reuniões periódicas com a PSP, GNR, PJ, SEF, para articular procedimentos nesta área de actuação, lembrando que o MP deve estar informado em tempo útil de todas as acções a desenvolver no decurso da investigação.

##### **B.5 Articulação com Órgãos de Polícia Criminal e outras entidades**

- promover reuniões periódicas com a PSP, GNR, PJ, SEF, para articular procedimentos nesta área de actuação.
- promover reuniões periódicas com estas entidades, os Procuradores-Adjuntos, a APAV e autoridades de saúde para articular procedimentos na área da violência doméstica e saúde mental, mantendo contacto entre todos, para resolução de casos mais urgentes.



# **MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL**

### **MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR**

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões  
5000-626 Vila Real  
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

#### **B.6 Atendimento ao público de qualidade**

- o atendimento ao público será assegurado por Procuradores da Republica e Procuradores-Adjuntos, (sendo alertados, em reunião a efectuar, para o facto de deverem dar logo uma visão global de resolução do caso ou questão que lhes é apresentada).

#### **B.7 Simplificação e clareza da intervenção do Ministério Público**

- promover reuniões trimestrais entre Procuradores da Republica e Procuradores-Adjuntos para discussão desta questão e melhoria dos despachos e acusações (alertando para a constatação de que, com frequência, a procedência ou não da acusação depende da boa compreensão da matéria de facto descrita).

#### **B.8 Valorização da Intervenção em julgamento**

- promover reuniões trimestrais entre Procuradores da Republica e Procuradores-Adjuntos para discussão desta questão e melhoria do desempenho do MP em julgamento.

#### **B.9 Cooperação judiciária internacional**

- colaborar e solicitar a colaboração das instâncias judiciárias internacionais, sempre que se mostre necessário para que seja obtida resposta rápida e eficaz às necessidades da investigação (sendo alertados todos os magistrados da comarca em reuniões a efectuar periodicamente).

#### **B.10 Cooperação com demais profissões judiciárias**

- apelar ao dever de urbanidade, correcção, cooperação e lealdade que deve existir para com as demais profissões judiciárias.

### **B. CELERIDADE**

#### **C.1 Decisão De mérito em tempo útil**

- tentar (uma vez que a instância local de Chaves que estava provida de 3 Procuradores-Adjuntos e uma Substituta do Procurador-Adjunto, tem agora apenas os 3 Procuradores-adjuntos), proferir despacho final, durante o ano judicial, em número de processos igual ao número de processos registados e dentro desse número proferir despacho final em todos os processos registados até 31.12.2014 (excepto os de violência doméstica, maus tratos e contra a autodeterminação sexual, que deverão ter duração inferior)

- tentar que seja proferida decisão de mérito num prazo inferior a oito meses.

#### **C.2 Acessibilidade no atendimento ao público**

- o atendimento ao público será assegurado por Procuradores da Republica e Procuradores-Adjuntos.

- terá lugar, pelo menos, uma vez por semana, sem prejuízo dos casos urgentes.



# **MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL**

### **MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR**

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões  
5000-626 Vila Real  
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

- Nas instâncias locais de Peso da Régua e Alijó, os Procuradores-Adjuntos, asseguram ainda, se lhes for solicitado, o atendimento na área de Família e Menores, que depois encaminham para a Procuradora da República da secção central de família e menores.

#### **C. QUALIDADE ORGANIZACIONAL**

**D.1 Política de comunicação: Portal do Ministério Público/Página da comarca e Gabinete de Imprensa**

- manter actualizada a página da comarca,
- publicar na página da comarca todas as informações uteis e relevantes e com interesse para a comunidade, por forma a sentir-se segura e a sentir que a validade das normas violadas foi reposta.

**D.3 Formação dos recursos humanos**

Promover acções de formação, nomeadamente sobre:

- violência doméstica,
- cibercriminalidade,
- Família e Menores, (e, outras que se mostrem oportunas ou necessárias, nomeadamente após publicação de diplomas legislativos).

**D.4 Harmonização de procedimentos e critérios de registo**

- cumprir com os critérios de registo fixados pela Ordem de Serviço 4/2015 – PGR.

**D.5 Adequação da distribuição dos recursos humanos à atividade do Ministério Público**

- dentro do possível serão escolhidas as pessoas mais qualificadas para cada uma das actividades do MP (dado o número reduzido de magistrados e oficiais de justiça na comarca esta margem de manobra é também reduzida. Num intervalo legal de 6/7 Procuradores da República estão de facto colocados 5. E, num intervalo legal de 13 a 15 Procuradores-Adjuntos, estão colocados 13 e uma Substituta do Procurador-Adjunto).

**D.6 Melhoria dos sistemas de suporte à atividade do Ministério Público**

- colaboração permanente dos oficiais de justiça que dão apoio ao sistema informático e observação de todos os protocolos que têm sido celebrados com várias entidades e que permitem uma intervenção mais rápida e eficaz do MP.